

INFORME TÉCNICO

Relatório Sintético de Avaliação do Cumprimento da Meta de Superávit Primário do Exercício de 2008

Mário Capp Filho*

Responsáveis: Secretaria do Tesouro Nacional/ MF e Secretaria de Orçamento Federal/MP

Objetivo: Demonstrar e avaliar o cumprimento da meta de resultado do superávit primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Programa de Dispêndios Globais (PDG) das Empresas Estatais Federais-Não-Financeiras, em atendimento à legislação vigente¹.

Sumário: O Governo Federal apresentou um superávit primário para o ano de 2008 de R\$ 85,3 bilhões (2,94% do PIB), sendo R\$ 71,3 bilhões (2,46% do PIB) relativo ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (Governo Central) e R\$ 14 bilhões (0,48% do PIB) referente às Empresas Estatais Federais do Setor Público Não-Financeiro², acima portanto da meta fiscal estabelecida na Lei nº 11.514, de 13/08/2007 (LDO/2008) de R\$ 78,8 bilhões (2,85% do PIB), dos quais R\$ 60,8 bilhões (2,20% do PIB) seriam para Governo Central e R\$ 18 bilhões (0,65% do PIB) para as Empresas Estatais.

O superávit primário obtido pelo Governo Federal no ano de 2008 foi, portanto, superior em R\$ 6,5 bilhões à meta estabelecida na LDO/2008 e em R\$ 3,2 bilhões à previsão contida no último Decreto de Programação Financeira (Dec. nº 6.671, de 2008), que estabeleceu o superávit primário do Governo Federal em R\$ 82,1 bilhões, dos quais R\$ 63,4 bilhões relativos ao Governo Central de R\$ 18,7 bilhões para as empresas estatais não-financeiras, independente da possibilidade de ajuste pelo Projeto Piloto de Investimentos – PPI, como disposto na LDO/2008.³

Considera-se plenamente atendida a meta de superávit primário, pois o § 1º do art. 2º da LDO/2008 prevê a possibilidade de compensação entre as metas de resultado primário estabelecidas para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e para o Programa de Dispêndios Globais. No caso de 2008, o resultado positivo obtido pelo Governo Central foi suficiente para compensar o resultado abaixo das expectativas alcançado pelas empresas estatais.

As receitas totais do Tesouro Nacional líquidas de restituições e incentivos fiscais atingiram a R\$ 554,1 bilhões (R\$ 8,5 bilhões abaixo da previsão), sendo que as receitas administradas pela Receita Federal do Brasil ficaram em R\$ 466,3 bilhões, as receitas não-administradas em R\$ 85,9 bilhões e as contribuições ao FGTS em R\$ 1,8 bilhão.

As Transferências a Estados e Municípios foram de R\$ 127,4 bilhões e as despesas com o Projeto Piloto de Investimentos – PPI, realizadas no período, totalizaram R\$ 7,8 bilhões.

Os gastos do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 304,8 bilhões (R\$ 25,8 bilhões abaixo do previsto). As despesas com pessoal foram de R\$ 132,4 bilhões, as despesas discricionárias foram de R\$ 108,6 bilhões, as despesas não-discricionárias foram de R\$ 62,0 bilhões e as despesas com contribuição ao FGTS atingiram a R\$ 1,8 bilhão.

* Da Assessoria Técnica do PT na Câmara Federal.

¹ Art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 4/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e § 2º do art. 2º da Lei nº 11.514, de 13/08/2007 (LDO/2008).

² Se adotado o critério "acima-da-linha". Caso o critério adotado seja "abaixo da linha", o resultado de Itaipu Binacional, no valor de R\$ 1,2 bilhão, deve ser excluído do resultado primário do Governo Central e incluído como resultado primário das Estatais Federais. Assim sendo, o resultado do Governo Central passaria a ser de R\$ 70,1 bilhões e das estatais federais de R\$ 15,3 bilhões. O efeito é nulo pois em seu conjunto, o resultado primário total continua sendo o mesmo (R\$ 85,3 bilhões).

³ O art. 3º da LDO/2008 permite a redução desta meta equivalente às despesas realizadas no PPI, em até R\$ 13,8 bilhões, acrescidos do valor de restos a pagar de 2007 que foram executados em 2008.

O Regime Geral da Previdência Social – RGPS teve em 2008 uma arrecadação líquida de R\$ 163,4 bilhões e despesas com benefícios previdenciários de R\$ 199,6 bilhões, resultando um déficit de R\$ 36,2 bilhões, inferior em R\$ 1,9 bilhão à meta estabelecida para o período.

O quadro a seguir contém as informações apresentadas anteriormente de forma resumida.

METAS ATINGIDAS PELO GOVERNO EM 2008

INDICADORES	MONTANTES REALIZADOS (R\$ MILHÕES)
1. RECEITA TOTAL	554,1
2. TRANSF. A ESTADOS E MUNICÍPIOS	127,4
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	426,7
4. DESPESAS	304,8
- PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	132,4
- OUTRAS DESP. CORRENTES E DE CAPITAL	172,4
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	14,2
6. RESULT. DO TESOUREIRO (3-4-5)	107,6
7. RESULT. DA PREVIDÊNCIA	(36,2)
8. PPI	7,8
9. RESULT. GOV. CENTRAL	71,3
10. RESULT. DE EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS	14,0
11. META E RESULT. DO GOVERNO FEDERAL (9+10)	85,3

A Dívida Pública Federal de Responsabilidade do Tesouro Nacional aumentou 4,62% no período, passando de R\$ 1.345,4 bilhões (dezembro de 2007) para R\$ 1.407,6 bilhões (dezembro de 2008), correspondendo a um acréscimo de R\$ 62,2 bilhões em termos nominais.

A Dívida Pública Mobiliária Federal Interna aumentou 3,12% no período, passando de R\$ 1.236,5 bilhões (dezembro de 2007) para R\$ 1.275,1 bilhões (dezembro de 2008). Deve-se destacar a emissão de títulos para a integralização de cotas do Fundo Soberano do Brasil, no montante de R\$ 14,2 bilhões, realizada em dezembro.

A Dívida Pública Mobiliária Federal Externa aumentou 21,7% no período, passando de R\$ 108,9 bilhões (dezembro de 2007) para R\$ 132,5 bilhões (dezembro de 2008), em grande parte decorrente da depreciação da moeda nacional em relação à cesta de moedas que compõem a Dívida Pública Federal Externa.

Deve-se ressaltar que o resultado primário atingido pelo Governo Federal em 2008 contribuiu com 60,4% para o superávit global do Setor Público Não-Financeiro Consolidado do exercício, que atingiu a R\$ 118,0 bilhões e, de forma decisiva, para a redução da relação dívida/PIB do setor público consolidado, que passou de 42,0%, no final de 2007, para 36,0%, no final de 2008.